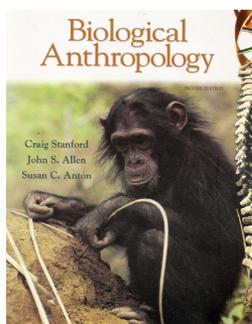


RESENHA DE LIVRO

RESENHAS
DE LIVROS



APORTES PARA UMA INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DE ANTROPOLOGIA BIOLÓGICA

Biological Anthropology: the natural history of humankind, organizado por Craig Stanford, John S. Allen e C. Susan. 2ª. ed. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2009. 599p.

Verlan Valle Gaspar Neto

Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense - PPGA/UFF

Para quem tem o costume de acompanhar a imprensa científica internacional, não é incomum se deparar com notícias sobre os resultados de pesquisas realizadas envolvendo a análise de esqueletos humanos fossilizados, observações de primatas não-humanos, o reconhecimento minucioso de diferentes partes do cérebro com o auxílio de poderosos programas computacionais, o estabelecimento de linhagens filogenéticas de populações humanas através do material genético, o mapeamento da distribuição geográfica de determinadas doenças infecto-contagiosas, ou mesmo as respostas imunológicas de

determinados grupos humanos a um dado agente patogênico. O que, talvez, seja surpreendente, sobretudo para os estudantes brasileiros de Ciências Sociais e/ou Antropologia, é que estas pesquisas são realizadas, muitas vezes, por antropólogos, e são identificadas pela rubrica de Antropologia.

Longe se vai o tempo em que a Antropologia se resumia a uma ciência puramente descritiva e extremamente especulativa com relação às origens do *Homo sapiens* moderno, à natureza das “raças” e à “evolução” das culturas humanas. Baseada inicialmente no acúmulo e descrição de inventários osteográficos e etnográficos, a “Ciência do Homem” assistiu, ainda no século XIX, à sua institucionalização, especialmente em países europeus e nos Estados Unidos, e a ampliação e diversificação de seus interesses, com a aproximação e/ou inclusão de pesquisas empreendidas em outras áreas, como a Arqueologia e a Linguística. Evidentemente, a Antropologia, esta “disciplina guarda-chuva”, expressão crítica empregada por Ian Hodder (2005) em sua reflexão sobre o modelo *four fields* vigente nos Estados Unidos, assumiu contornos institucionais específicos nos países nos quais ela se desenvolveu não só a partir da segunda metade do século XIX, mas, também, ao longo de todo o século XX. Mesmo assim, a assunção de determinados campos disciplinares a uma autonomia institucional com relação à Antropologia (como é o caso da Arqueologia no Brasil) não impediu que esta, ainda hoje, em um plano mais geral, seja reconhecida por agências e órgãos científicos internacionais como ciência natural e humana

ao mesmo tempo, inclusive para fins de financiamento.

Seja como for, assim como suas “co-irmãs” (e aqui seria demasiado leviano elidir as contribuições advindas da História, da Filosofia, da Sociologia e da Psicologia para os estudos antropológicos como um todo), a vertente física da Antropologia também foi afetada por transformações históricas, teóricas e metodológicas internas e externas a ela. Tais transformações, cuja complexidade escapa ao escopo desta resenha, fizeram com que a disciplina antes focada nos estudos raciais emergisse, a partir da segunda metade do século passado, como um campo científico dotado de inúmeras frentes investigativas, algumas delas inovadoras, e que atendem hoje pela designação de Antropologia biológica.

Fazer conhecer a constituição e a amplitude atuais da Antropologia biológica é o mote principal de *Biological Anthropology: The Natural History of Humankind* (2009), redigido a seis mãos pelos antropólogos Craig Stanford, especialista em comportamento de primatas; John Allen, reconhecido por suas pesquisas sobre a evolução do cérebro e o comportamento humano; e Susan Antón, atuante em pesquisas envolvendo a evolução do gênero *Homo*, na Indonésia. A despeito de seu tamanho, o qual nos remete aos famosos atlas de anatomia humana e animal, e de suas quase 600 páginas, o livro é, na verdade, uma introdução ao vasto campo da vertente biológica da Antropologia. Impressa em papel especial e ricamente ilustrada com fotografias, mapas e esquemas, a

obra possui um caráter assumidamente didático, cujos alvos principais parecem ser os estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação em Antropologia nos Estados Unidos, país no qual os três autores atuam como professores universitários.

Tomar *Biological Anthropology* como um livro didático (e ele o é) não significa desmerecê-lo frente a outras obras acadêmicas que não seguem esta linha. Muito pelo contrário. A força do livro redigido por Stanford, Allen e Antón reside justamente na sua capacidade de apresentar ao leitor, de um modo acessível e prazeroso, a fatia abarcada pela Antropologia biológica dentro do universo científico, em geral, e da Antropologia, em particular. A cada página lida, a cada informação adquirida, tem-se a impressão de se estar diante de um produto cujas informações estão baseadas não somente em pesquisas executadas pelos próprios autores em suas respectivas áreas, mas, também, nos mais recentes estudos publicados nos diversos subcampos que compõem a Antropologia biológica e em áreas afins.

O livro está dividido em uma introdução e cinco partes temáticas, a saber: “Mecanismos da evolução”, “Primates”, “Paleontologia e evolução dos primatas”, “O registro fóssil humano”, e “Novas fronteiras em Antropologia biológica”. Cada uma destas partes, por seu turno, está dividida em capítulos, os quais, dado o caráter didático com que foram concebidos, possuem sempre uma introdução (geralmente um excerto de algum relatório de pes-

quisa), o desenvolvimento do assunto propriamente dito, e, ao final, um resumo dos principais tópicos, além de questões para ser debatidas. Cada capítulo conta também com quadros em destaque denominados *Insights and Advances* e *Innovations*, cujos textos contemplam as controvérsias e os últimos avanços científicos referentes aos assuntos em pauta.

A introdução é uma explicitação generalizada e sucinta da organização disciplinar da Antropologia biológica atual, ao mesmo tempo em que resgata alguns de seus aspectos históricos. A Antropologia é apresentada como uma grande área subdivida em quatro campos (o modelo preconizado por Franz Boas na passagem do século XIX para o século XX, nos Estados Unidos) preenchidos pela Antropologia cultural/social, pela Linguística antropológica, pela Arqueologia e, obviamente, pela Antropologia biológica. Esta última, por seu turno, é apresentada como constituída pela Paleoantropologia, pela Biologia dos esqueletos e Osteologia humana, pela Paleopatologia, pela Antropologia forense, pela Bioarqueologia, pela Primatologia e pela Biologia humana geral. Em termos históricos, vários fatores teriam concorrido para o remodelamento da Antropologia biológica: os primatas passaram a ser estudados em termos de sua ecologia e comportamento, o estudo das “raças” humanas cedeu lugar aos estudos de populações (sobretudo, em termos adaptativos e microevolutivos), a Paleoantropologia passou a contar com novas técnicas de datação e, principal-

mente, a síntese neodarwiniana emergiu enquanto paradigma dos estudos biológicos como um todo. Neste último aspecto destaca-se a centralidade de Sherwood Washburn, antropólogo norte-americano que, em meados do século passado, decididamente introduziu os princípios do neo-evolucionismo na Antropologia física e sob tal orientação formou gerações inteiras de pesquisadores, vindo a transformar o campo na chamada *Nova Antropologia Física* (ou Antropologia biológica). Não por menos, tanto na introdução, quanto no decorrer dos demais capítulos, é reiterada ao leitor a importância de se entender a Antropologia biológica como uma disciplina ocupada do processo evolucionário da espécie humana e, que, portanto, sua orientação teórica está assentada na Biologia evolutiva, a qual tem nas proposições de Charles Darwin o seu centro de partida.

A primeira parte do livro é dedicada ao esclarecimento de conceitos básicos relacionados à Biologia evolutiva propriamente dita. Para tanto, parte-se de um amplo histórico do pensamento evolucionário, cobrindo o período que se estende da Antiguidade clássica aos recentes debates envolvendo criacionistas e cientistas (capítulo 1). No capítulo 2 estão dispostas informações específicas sobre a anatomia celular, em geral, e a estrutura do DNA, em particular. Além disso, são explorados os mecanismos de reprodução do material genético e a sua importância na síntese protéica, ao mesmo tempo em que são apresentadas as principais ferramentas empregadas pelos antropólo-

gos biológicos nos estudos envolvendo a molécula primordial da vida. O terceiro capítulo procura mostrar como a Genética moderna, em certa medida um desdobramento dos postulados de Gregor Mendel, no século XIX, concebe e trabalha aspectos relacionados à variabilidade biológica geral ocasionada pelos processos transformativos operados no nível genético (as famosas mutações neutras, positivas ou deletérias) e a sua relação com o ambiente. Nos dois capítulos subseqüentes são enfocadas as forças atuantes sobre o processo evolutivo (leia-se, seleção natural, fluxo gênico, deriva genética e seleção sexual), as questões envolvendo a formação e a definição de espécies e, claro, o que está em jogo quando pensamos na própria diversidade genotípica e fenotípica humana, atentando-se para as especificidades dos conceitos de adaptação e adaptabilidade.

A porção dedicada aos primatas é bastante extensa e abarca duas partes compostas, no todo, por cinco capítulos. O sexto capítulo de *Biological Anthropology* explora, basicamente, a classificação taxonômica dos primatas, mostrando a sobreposição entre os sistemas propostos por Lineu, no século XVIII (primatas divididos em prossímios e antropóides), e aquela de Saint-Hilaire, no século XIX (primatas divididos em strepsirrinos e haplorrinos). E, embora os autores reconheçam não haver um consenso entre os cientistas quanto a qual modelo escolher, eles mesmos optam por seguir a classificação de Lineu, considerando, portanto, os társios como um grupo

filogeneticamente mais próximo dos lêmures e lóris do que dos grandes primatas. Questões taxonômicas à parte, o estudo dos primatas não humanos mostra-se estratégico para a Antropologia não somente porque gorilas, humanos e chimpanzés partilham uma grande afinidade genética que os remete a um ancestral comum (sobretudo, no caso dos dois últimos). Os estudos de ecologia realizados junto a esses animais revelam serem eles possuidores de comportamento social. Talvez possa parecer exagero, mas há algo de surpreendente na constatação de que muito do comportamento de primatas não humanos é aprendido, e não biologicamente inato, como o emprego de ferramentas e o estabelecimento de sistemas de parentesco e “hierarquia política”. Tais aspectos, explorados no sétimo capítulo, relacionam-se à importância concedida aos estudos paleontológicos envolvendo primatas. Logo, entre os capítulos 8, 9 e 10 Stanford, Allen e Antón colocam o leitor a par dos aspectos mais técnicos concernentes aos estudos envolvendo registros fósseis e sua datação, o que envolve conhecimentos de Geologia, Geografia, Química, Física e Matemática para, por conseguinte, fazer um interessantíssimo resgate histórico-evolutivo da origem e dispersão da ordem primata pelo globo. Neste resgate, o leitor pode acompanhar o desenrolar de um processo evolucionário cujos registros mais antigos remontam a 63 milhões de anos (primatas plesiadapiformes) e se estendem até mais ou menos 1 milhão e meio de anos, com o *Australopithecus robustus*. Encerrando

esta parte temos um capítulo dedicado à explanação sobre as mudanças responsáveis pela transição macaco-homem, especialmente o bipedalismo e o crescimento do cérebro.

“O registro fóssil humano”, quarta parte de *Biological Anthropology*, enfatiza as questões envolvendo a evolução dos homínídeos propriamente ditos, cobrindo um período que se estende de 7 milhões de anos (relativa ao registro do controverso *Sabelantropus tchadensis*) ao surgimento do *Homo sapiens* moderno (entre 150 e 50 mil anos). Estruturada em quatro capítulos, temos nesta parte alguns pontos-chave, como a radiação dos australopitecíneos, na África (capítulo 11), e a emergência do gênero *Homo* (capítulo 12) neste mesmo continente. As informações disponibilizadas para cada um dos grupos tratados nestes dois capítulos abordam conjuntamente características anatômicas, ecológicas e comportamentais. O mesmo se dá nos dois capítulos posteriores. O 13º capítulo, por exemplo, é dedicado às formas arcaicas do *Homo sapiens* e ao *Homo neanderthalensis*, e destaca as controvérsias envolvendo as possibilidades de se considerar o Homem de Neandertal uma espécie a parte dentro do gênero *Homo* ou, então, uma subespécie do *Homo sapiens*, passando a ser identificado como *Homo sapiens neanderthalensis*. A depender das escolhas, diferentes árvores filogenéticas envolvendo a evolução humana emergem, com cada qual possuidora de pontos esclarecedores e obscuros para a questão. O capítulo 14 versa sobre a emergência e a dispersão dos humanos modernos,

expondo os debates envolvendo os modelos explicativos “multirregional” e “de substituição” sobre o assunto, a anatomia e a distribuição geográfica dos primeiros humanos, a cultura material associada a eles e, ainda, as principais teorias sobre o povoamento de regiões como a Oceania e a América. Para este último aspecto, são levadas em conta, cada vez mais, as contribuições da Genética de populações humanas com base em estudos com o DNA mitocondrial, o cromossomo Y e mutações ocorridas em trechos do DNA nuclear, para o estabelecimento de linhagens e fluxos migratórios, sem contar as pesquisas envolvendo DNA antigo, proveniente de fósseis.

A quinta e última parte do livro está dedicada ao que Stanford e colegas chamam de “as novas fronteiras da Antropologia biológica”. Aqui entram os estudos envolvendo a evolução do cérebro e da linguagem, dado que, para muitos especialistas, o surgimento da cultura, esta característica responsável pelo nosso sucesso adaptativo enquanto espécie, só foi possível graças ao desenvolvimento dos dois primeiros (capítulo 15); a área da Antropologia biomédica que, auxiliada pela demografia, e dotada de uma abordagem biocultural orientada pelos pressupostos neodarwinistas, dedica-se a destrinchar as formas pelas quais a cultura age sobre as taxas de incidência e prevalência de determinadas doenças, sobretudo infecto-contagiosas (capítulo 16); e as áreas da Bioarqueologia e da Antropologia forense (capítulo 18). Enquanto a primeira encontra-se intimamente

associada aos estudos arqueológicos e está interessada em desvendar, de modo contextual, as mudanças biológicas sofridas por uma dada população, inclusive através de “marcas” deixadas por doenças (Paleopatologia) nos registros ósseos, a segunda pode ser entendida como uma aplicação da Antropologia biológica no âmbito legal, visando o reconhecimento individual de vítimas de assassinatos, desastres naturais ou mesmo crimes de guerra e genocídios.

Ainda nesta última parte se encontra aquela que poderíamos considerar a passagem, a meu ver, mais delicada do livro. Denominado “The Evolution Of Human Behavior”, o capítulo 17 aborda justamente aquele que, seguramente, tem sido um dos maiores pontos de divergência entre cientistas sociais e cientistas naturais: a natureza do comportamento humano. Seria ser humano, em termos comportamentais, determinado por fatores biológicos ou ambientais? Mencionando o caloroso debate entre Stephen Jay Gould e Edward O. Wilson, por ocasião do lançamento de *Sociobiologia* (1975), de autoria deste último, os autores de *Biological Anthropology* apresentam a Antropologia biológica como uma área não muito afeita a extremismos. Ou mais que isso. Dão a entender que os antropólogos biológicos de hoje são muito mais afeitos a abordagens “mistas” (*biocultural approaches*), reconhecendo a influência da cultura sobre a biologia, mesmo em se considerando universais cognitivos baseados em uma biologia compartilhada por toda a espécie

(processamento sensorial, emoções básicas, consciência, controle motor, memória e linguagem) e universais trans-culturais (linguagem, rituais e tradições, sistema de parentesco), além dos constrangimentos biológicos particulares propriamente ditos. Mas temos, então, uma questão: tal postura não implicaria em um comprometimento do eixo central, filosófico e científico, que anima a Bioantropologia em sua busca pela compreensão da evolução biológica da espécie humana, o evolucionismo de inspiração neodarwinista? Em verdade, não, segundo colocam os autores do livro. E é aí que emerge a possibilidade de diálogo permanente entre os antropólogos biológicos e os antropólogos sociais e culturais, e aquilo que distancia os primeiros de seus predecessores deterministas e racialistas. Como escrevem os autores no epílogo de sua obra (p. 545), “It is important to keep in mind, however, that to embrace an evolutionary perspective of humankind is not to deny the importance of culture in our lives. We have seen that culture may be the most fundamental of human traits. Many aspects of the biology of modern people are influenced in some way by culture, while at the same time our cultural nature is a direct outgrowth of our biology”.

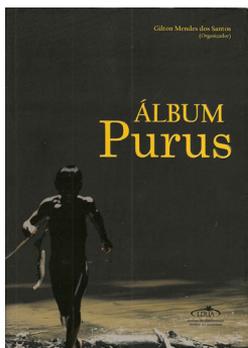
Biological Anthropology, portanto, pode ser indicado não apenas para os estudantes e o público em geral interessado em Bioantropologia, pois não se esgota em seu caráter didático. A obra funciona como valiosa introdução às complexidades inerentes ao processo evolutivo de nossa própria espécie, e

nos convida a reconhecer que o objeto da “Ciência do Homem”, em seu sentido mais lato, não se esgota em qualquer uma de suas dimensões, cultural ou biológica. Sua leitura nos mostra que o *Homo sapiens* se caracteriza por ser tudo ao mesmo tempo. Antes e agora.

REFERÊNCIAS

Hodder, Ian. 2005. An archaeology of the four-field approach in anthropology in the United States, in *Unwrapping the sacred bundle: reflections on the disciplining of anthropology*. Organizado por D. Segal e S. Yanagisako. pp. 126-140. Durham and London: Duke University Press.

Stanford, C., J. S. Allen e S. C. Antón. 2009 [2006]. *Biological Anthropology: the natural history of humankind*. 2 ed. New Jersey: Pearson Education. 599p.



OS POVOS DO PURUS EM ÁLBUM

Álbum Purus, organizado por Gilton Mendes dos Santos. Manaus, EDUA, 2001: 344 p. ISBN 978-85-7401-548-4.

Jane Felipe Beltrão

Universidade Federal do Pará

A bacia hidrográfica que tem por cerne o majestoso Solimões/Amazonas que se faz árvore frondosa e esgalha a frente à direita e a esquerda dá suporte aos povos que comandam, milenarmente, a vida na região. Entre os galhos destaca-se o Rio Purus que ganha, desde o século XVI, destaque entre viajantes e naturalistas que palmilharam a região apontando o cenário de muitos dramas produzidos pelas frentes de expansão que iniciam com a caça às drogas do sertão e ganham robustez com a invasão ocorrida durante o período da borracha. Ainda, hoje, o Purus não ganhou alforria dos conflitos que a sanha dos “frentistas”, em levas de interesses variados, impõe aos povos indígenas e às diversas populações existentes ao longo das margens e/ou embrenhados na floresta tropical, ainda exuberante, em alguns trechos do curso d’água.

É sobre o rincão do Purus que Gilton Mendes dos Santos, docente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) organiza a coletânea denominada *Álbum Purus*, que compreende trabalhos que tratam de *viagens, viajantes e a empresa extrativa*, sem descuidar de *territorialidades, recursos naturais e conflitos* que se espalham pela região produzindo respostas e resistências *das gentes* que habitam o Purus, bem trabalhadas em *etnologia e etnografias* sobre os povos indígenas que em calendoscópio apresenta a dilaceração produzida pelo “cercamento” dos nativos, rio acima e rio abaixo, indicando o *cinismo do desenvolvimento* que se pensa, arrogantemente, como sustentável,

como denuncia Márcio Souza no prefácio que discute *quando a história acontece nos rios*.

O trabalho possui uma particularidade que o torna ímpar; foi escrito por pessoas experientes formadas em diversos campos do conhecimento, mas traz os jovens iniciantes em formação escrevendo de forma suave e quase pedindo desculpas por invadir a seara dos doutores nas sagas do Purus. O trabalho de Angélica Vieira, Ingrid de Souza, Jucélya da Silva e Liliane de Souza mostra quão importante é a iniciação científica e a agregação de estudantes em formação aos pesquisadores do Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena (NEAI). O resultado deixa marca indelével no “fazer História” dos povos indígenas, na Amazônia, pois as jovens pesquisadoras trazem a lume versões equilibradas sobre o “desenvolvimento” dos postos indígenas entre os *Jamamadî*, *Kulina* e *Paumari*, na investida em produzir “um cerco de paz”. As autoras, inclusive, recortam da documentação compulsada imagens que compõem os relatórios do antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), as quais, de outra forma, permaneceriam esquecidas entre os documentos pertencentes ao Museu do Amazonas. Museu que, aliás, tem seu trabalho preservação de documentos, revelado pelo artigo que não precisaria “pedir indulgência ao leitor”, pois pela forma como o texto é urdido, deixa ao leitor curioso o gosto de “quero ver” a continuidade da empresa acadêmica!

Como diz Gilton dos Santos, na introdução, os povos nativos – *ocultos e silen-*

ciados pela pena de Euclides da Cunha, vem à cena, nos brindando com modelos de vida e modos de conceber a Amazônia, indispensáveis ao movimento político da região em nossos dias. Afirmção é confirmada pelos textos que discutem a dinâmica do *mosaico histórico do vale do Purus* articuladas: pela presença dos povos indígenas, pelo impacto da empresa gomífera; pela malha viária que rasga os territórios tradicionais; pelas ondas de migrantes do passado e de hoje; pelas hidrelétricas que escorram os moradores dos rios; são tratados pelos textos de Thereza Menezes, Marcelo Franco e Miguel Aparício que para além da realidade retratada e discutida nos obrigam a pensar em outros rios – caso do Xingu, do Tocantins e do Tapajós, locais onde as cenas do Purus “se repetem”. É Aparício que chama atenção para o processo de mudança, ainda invisibilizado, que *caracteriza o novo cenário do Purus indígena* que corresponde à compreensão, a partir da perspectiva indígena, de que não basta garantir a terra, pois ela é insuficiente e requer gestão de recursos naturais disponíveis na floresta. Diz o autor que: *[a] territorialidade contemporânea com uma dinâmica de nova economia florestal, e o histórico fluxo dos circuitos de intercâmbio e troca ressurgem com o comparecimento das cidades como territórios indígenas* que todos teimam em não reconhecer. É inegável a chamada às cidades, pois, como cidadãos, os indígenas demandam benefícios como aposentadoria e transferência de renda; por outro lado, nas aldeias há indígenas profissionais remunerados (professores, agentes de saúde e saneamento, entre outros). O fato de “do-

minarem” as florestas existentes, muitas vezes, conflita com os circuitos comerciais e ferem a legislação ambiental, pois entre as atividades encontram-se caça, pesca, extrativismo.

Os estudos que repensam os trabalhos realizados no Rio Purus iluminam o diálogo acadêmico e apontam a importância de se tomar como referência trabalhos realizados, pois o entrelaçamento de interpretações permite repensar sem reservas a Amazônia; enquadram-se na moldura os trabalhos de Clayton Rodrigues, Marcelo Florido, Stela Abreu e Fabiana Maizza. Os trabalhos que integram a coletânea refletem sobre os conflitos atuais, mas não abandonamos temas clássicos, como organização social e parentesco retomando, assim, a forma de (ins) constituição do pensamento antropológico.

O trabalho de Miguel Aparicio sobre a cosmovisão dos *Surubaba* fecha com chave de ouro a coletânea, permitindo ao leitor compreender o terror que permanece vivo na memória daqueles que foram dizimados e vitimados pela voracidade do ciclo da borracha.

O livro se debruça sobre os estudos clássicos e faz as conexões necessárias com o presente, fato que garante a compreensão da diversidade no Purus e a complexidade das relações sociais garantindo, ao leitor, tarefa agradável. Folheiem o *Álbum* e viagem pelo Purus.

Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916), por Franciane Gama Lacerda. Belém: Açáí, 2010. 403p.

César Pinto da Silva

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST), Universidade Federal do Pará

O livro ora apresentado, *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889/1916)*, fruto dos estudos de doutoramento da professora Franciane Gama Lacerda na Universidade de São Paulo, aborda um tema clássico – a migração – em um período bastante conhecido, o auge da economia gomífera e o início de seu declínio no estado do Pará. Lacerda enfoca os projetos dos governos e de particulares, mas coloca em primeiro plano as vontades dos migrantes e suas múltiplas lutas pela sobrevivência, a busca pelo tão sonhado “pedaço de chão”; os laços familiares, que diferentemente do que antes havia sido sugerido, são mantidos assim como as diferentes formas de (re)organização familiar; as suas adaptações às novas condições ambientais; as redes de solidariedades e principalmente suas experiências. O termo “experiência” é recorrente em seu texto e utilizado no sentido proposto por Thompson (1981), ou seja, relacionado com “consciência” e “cultura”. Percebe-se o esforço para dar vida aos migrantes, restituindo-lhes suas vontades que haviam sido usurpadas pela historiografia. Nessa vertente de trabalho são perceptíveis as articulações desses, suas falas nos jornais, suas contestações, os artifícios utilizados para que seus familiares viessem ao

seu encontro no Pará. É apresentado o rastreamento das experiências desses migrantes e os significados atribuídos por eles a esse processo de migração. Um importante passo é dado ao entendimento do processo migratório ao traçar as condições desse grupo no Ceará e seu estabelecimento no Pará. Tal estudo, fruto de um grande esforço de pesquisa, nos permite avaliar os dois momentos e entender as decisões do grupo, assim também como as decisões individuais, pois as mais variadas motivações foram responsáveis pelo deslocamento de cearenses para terras paraenses, o que difere da recorrente imagem dos “flagelados da seca”.

Parte relevante do trabalho de Franciane Lacerda diz respeito ao extenso corpo documental utilizado, como os documentos emitidos pelos poderes públicos como as “Fallas”, os Relatórios dos Presidentes de Províncias do Pará e do Ceará à Assembleia Legislativa Provincial, e as Mensagens dos Governadores; uma variedade de ofícios também chamam a atenção e possibilitam perceber uma maior aproximação com esses migrantes, onde passam a ser verificadas suas origens, a presença de grupos familiares e até mesmo a forma de vida que levavam nesses núcleos coloniais. Com relação à imprensa, principalmente a Folha do Norte é demonstrada como lugar onde podemos auscultar reminiscências dessas vozes cearenses que, muitas vezes, utilizavam desse meio para reivindicar melhores condições, pedir ajuda, relatar as suas dificuldades, ou seja, utilizavam os jornais a seu favor na tentativa

de sensibilizar a opinião pública para a sua causa. O objetivo de seu trabalho passa a ser “contar um pouco da experiência social desse grupo em terras paraenses” e “entender as muitas formas e os muitos significados que foram dados a essa experiência, tanto pelos migrantes quanto pelos poderes públicos e demais moradores da capital paraense ou do interior, desse estado que se viram envolvidos nesse processo” (p. 16). Embora a autora trate mais especificamente da migração cearense, em função desta compreender o maior contingente de deslocamento, o termo nordestino é utilizado para facilitar a compreensão do leitor, embora deixe claro tratar-se de um termo mais atual e que de algum modo, encerra um caráter homogeneizante. É importante lembrar que na gênese republicana a busca incessante por progresso e crescimento econômico constitui-se na marca constante do estado paraense, por outro lado, o Ceará apresentava sérias crises na agricultura, as secas, e até mesmo crises políticas. Frente a esse quadro, tais províncias deveriam “unir-se” para um “progresso conjunto” e, conseqüentemente também, para o progresso da República brasileira.

Detendo-nos na estruturação do livro, no primeiro capítulo: Migração nordestina ao Pará, historiografia e algumas propostas de trabalho, é debatido o tema migratório pela historiografia e feito um levantamento bibliográfico sobre o tema, buscando perceber as várias interpretações e suas metodologias de trabalho. Em muitos desses estudos são construídas imagens dos migran-

tes como seringueiros vitimados pela natureza e pelos donos dos seringais; o esforço de Lacerda é justamente no sentido de desnaturalizar tais concepções e redimensioná-las com um novo olhar. Como proposta do capítulo, é feita uma significativa análise historiográfica, desde os estudos mais clássicos até os mais recentes, sobre a migração no Brasil, parte importante para quem estuda ou pensa estudar tal assunto. Ao fazer o levantamento, não deixa de pontuar algumas questões fundamentais que de certa maneira foram ignoradas por alguns desses estudiosos. No caso de Celso Furtado, a autora faz uma crítica ao termo “transumância”, pois, para ela, tal termo não dá conta de explicar a migração que saía do Ceará com destino ao Pará; ao analisar os escritos de Euclides da Cunha, critica as imprecisões que contribuíram para a cristalização da imagem do seringueiro amazônico como determinado pelos castigos impostos pela natureza amazônica. Além dos “clássicos” nacionais, são colocados em foco vários intelectuais da região e seus pensamentos sobre a migração. José Veríssimo, Palma Muniz, Clovis de Moraes da Silva Rego, Samuel Benchimol, Lobato Filho, Arthur César Ferreira Reis, Alcino Teixeira de Mello, Ernesto Cruz, Leandro Tocantins e Roberto Araújo de Oliveira Santos são alguns dos nomes que aparecem no mosaico construído para traçar o debate sobre a migração em nossa região.

Em seu segundo capítulo, *Natureza amazônica e natureza cearense*, a busca passa a ser os variados entendimen-

tos e representações sobre a Amazônia e o Ceará e como um percebia o outro, trabalhando dessa forma com as “características” dessas localidades e as suas diferenças. Lacerda, porém não se detém somente nesses espaços e nessas simplórias contradições. Na busca de entender como essas distintas localidades se percebiam, foram trabalhados os discursos que influenciaram na construção da imagem das mesmas. Nesse sentido, dialoga com alguns autores para entender as suas explicações sobre a ausência de chuvas no Ceará e as suas compreensões com relação às secas. Seu estudo faz utilização dos periódicos como uma importante ferramenta para construção da imagem do Ceará e da seca, imagem essa lida e consumida pelos leitores dos tradicionais jornais paraenses. Se por um lado o público paraense tinha uma imagem construída dos cearenses, por outro lado, no Ceará, também era construída uma imagem do estado do Pará e de seus habitantes, não muito diferente da que aqui era construída sobre eles, invocando, por exemplo, falta de higiene, ausência de limpeza pública, peste, falta de água e variadas doenças, o que em determinados momentos chegava até mesmo a tornar tensas as relações entre esses dois governos, mas por outro lado “talvez até, permitissem, a ideia de que o Pará era uma espécie de terra da promessa para os cearenses, que sofriam as agruras da seca, e até da peste bubônica” (p. 101). A autora realiza uma importante empreitada para nos demonstrar como o entendimento da época era bastante limitado, ou pelos menos o que era perpassado pe-

los jornais, pois, como sabemos hoje, o sertão não é “uno”, ou seja, não é constituído somente de seca e de fome, o que ajuda a quebrar a ideia do migrante ser direcionado ao Pará devido à natureza das terras sertanejas.

No terceiro capítulo, A saída do Ceará e a chegada ao Pará, é dada atenção às experiências e aos significados da migração pelos próprios migrantes. Como tais deslocamentos eram realizados e por quem eram patrocinados também são temas abordados, assim como as múltiplas justificativas dadas por essas pessoas para que tivessem a possibilidade de ajuda dos governos tanto paraense, quanto cearense; pessoas essas que ao contrário do que a historiografia consolidou, nem sempre eram constituídas por homens sozinhos que vinham tentar a sorte nessa região. É demonstrada uma rica variedade de arranjos familiares e de justificativas para solicitação de passagens o que demonstra exatamente o outro lado, ou seja, mulheres que vinham em busca de seus maridos e outras que vinham com toda sua família tentar a sorte nessas paragens, o que forma um quadro muito mais complexo e dinâmico dessas migrações e tendo o migrante como sujeito de suas ações e pensamentos. Tais chegadas não passavam de maneira despercebida pela população belenense. Para a autora, a migração cearense para o Pará não pode ser entendida somente pela seca, pois se em algum momento esse foi o principal motivo, achar que somente elas foram responsáveis por todo o processo migratório se constitui um erro

crasso, pois “outros elementos como o incentivo à agricultura pelo poder público paraense, aliado ao ideário das terras abundantes, representadas na extração do látex, também contribuíram para isso” (p. 161). Temos ainda uma multiplicidade de maneiras pelas quais os migrantes poderiam chegar ao Pará, dentre elas destacam-se os financiamentos tanto do estado do Ceará como do Pará, os inúmeros donos de seringais que os levavam para suas localidades extrativistas e, ainda, pessoas que pagavam pela passagem, o que contribui ainda mais para a ampliação da vinda dos migrantes e constitui formas não tuteladas pelo estado. A agricultura passou a ganhar ênfase como possibilidade de progresso no momento de crise da borracha, e direcionou ainda mais os migrantes para a lavoura, pois lá teriam a oportunidade de trabalhar e buscar seu sustento de forma digna; para o governo, que se esforçava na divulgação de tal ideia, seria a racionalização da agricultura a saída da crise imposta pelo látex.

No quarto capítulo, Migrantes cearenses na cidade de Belém, o espaço estudado é a capital do estado do Pará, Belém, e as múltiplas organizações desses migrantes que se estabeleceram na cidade e os seringueiros que para ela iam periodicamente. Lacerda questiona a tradicional forma de perceber tais migrantes, demonstrando como eles vivenciaram a cidade e suas inúmeras oportunidades, colocando em cheque a recorrente imagem de “semi-escravo” e os apresenta usufruindo de seus divertimentos, suas comidas,

relações amorosas e consumindo os mais variados produtos. Sendo assim, a complexidade das múltiplas experiências vivenciadas pelos mesmos passa a ser o centro desse capítulo. O mesmo é encontrado nos vários registros de seringueiros que vinham usufruir dos seus ordenados em Belém, o que abre para uma percepção mais complexa desses trabalhadores, demonstrando que a quase intransponível fronteira entre a floresta e a cidade deve ser matizada. Não se trata de negar a exploração vivenciada por esses trabalhadores, mas seu estudo permite entrever outras e complexas relações. O governo republicano paraense, por sua vez, embebido dos ideais positivistas de ordem e progresso e estimulado com o favorável momento econômico, não poderia admitir que os “migrantes flagelados da seca” colocassem em cheque o seu ambicioso projeto de desenvolvimento e remodelação da cidade (Sarges 2000), projeto esse que, segundo a imprensa da época, entra em colapso com a crise gomífera.

No último capítulo, Migrantes cearenses e colonização, a autora demonstra como os migrantes cearenses estavam presentes no processo paraense de colonização e povoamento. A análise focaliza a zona Bragantina do estado e a viabilização de uma política de produção agrícola para a região. Franciane Lacerda, através da documentação trabalhada, aponta para a presença de grupos familiares dos migrantes cearenses que eram atraídos devido à possibilidade de adquirir terras e também pela permanência nessas áreas. Nesse sentido, foram investigadas as falas do

governo e os discursos dos poderes públicos para vislumbrar os seus interesses, mas a tônica do seu trabalho não é deixada de lado e continua sendo o seu foco principal a vida desses trabalhadores quando evidencia suas lutas em busca de terras e de sua manutenção nessas áreas. Sua constante busca é lançar um novo olhar para esses migrantes colocando-os como sujeitos ativos e evidenciando as redes de solidariedade e de divertimentos. É ressaltado neste capítulo o grande debate realizado pelos governantes paraenses, inclusive no apogeu da borracha na Amazônia, sobre as zonas de plantio de alimentos primários, o que demonstra a preocupação dos poderes públicos com esse assunto no intuito de abastecer a cidade de Belém, e que fica evidenciado pelas viagens de Paes de Carvalho em visitas aos núcleos coloniais. Seria uma tentativa de fazer presente o poder republicano em muitos lugares que nunca sequer tinha sido visitado por autoridades e naquele momento em diante passaria a ser assistida pela República e logo pelo progresso e pelo desenvolvimento tão propalado, pelo menos era essa a ideia dos políticos e repassada nos discursos em tais localidades. Essas viagens seriam, em último plano, uma grande celebração republicana onde palavras como progresso e modernidade eram recorrentes e dependeriam diretamente do desenvolvimento desses núcleos coloniais agrícolas. Tal situação foi intensificada no momento da tão estudada quebra da borracha, onde passava a ser necessária uma “intervenção mais enérgica no fomento da agricultura”

(Pará 1916). Para a autora, a dificuldade encontrada pelos migrantes nas localidades agrícolas não foi menor do que a dos que foram deslocados para os seringais, pois na zona Bragantina ainda existia uma dificuldade adicional que seria o embate com a natureza para deixar o solo propício ao plantio, sem contar com os diferentes tempos para colheita de determinados gêneros que muitas vezes impossibilitavam tais produções, devido à ajuda do governo ser, em geral, somente de seis meses. Porém se as dificuldades eram múltiplas, múltiplas também seriam as estratégias desses migrantes para a manutenção de sua sobrevivência. Segundo Lacerda, “nesse contexto de busca de sobrevivência, as redes de solidariedade que os colonos se viam obrigados a criar também são fundamentais para pensarmos as vivências desses grupos” (p. 335). Além dos núcleos coloniais agrícolas de iniciativa do Governo do Estado, são abordados também os burgos agrícolas, esses de iniciativa particular que visavam desenvolver áreas até então pouco exploradas. Para a autora o extrativismo de produtos como a castanha e principalmente a borracha convivia naturalmente com a produção agrícola não existindo um exclusivismo de um em relação ao outro, por mais que em determinado momento os poderes públicos tivessem se voltado mais para um em detrimento do outro e a própria historiografia tenha produzido mais estudos em determinado setor.

A tese defendida por Franciane Gama Lacerda e que acaba de virar livro proporciona um novo olhar para os es-

tudos de migração interna no Brasil, principalmente sobre a região Amazônica, ainda pouco estudada. Buscou-se entender tanto os contextos de saída como o de chegada desses migrantes, foi demonstrada a multiplicidade e a riqueza de tal contexto, saindo dos arquétipos amarelados de outrora e buscando, através dos mais variados documentos, perceber o “pulsar” dos cearenses recém chegados, tanto em Belém como em outras localidades do estado. As dificuldades foram elucidadas em um conturbado momento de crise econômica provocada pela quebra do látex, onde as colônias agrícolas passaram a ser a “mina de ouro”, ou pelo menos assim eram pensadas pelo poder público paraense, no afã de continuidade da manutenção econômica que deveria ser consolidada através dessas colônias. Envolto em todo esse contexto e disputas, surgem, naturalmente, os migrantes cearenses, que passam a ter autonomia em seus escritos. Leitura estimulante e agradável para quem quer conhecer mais a região e obrigatória aos estudiosos e pesquisadores da Amazônia que terão a possibilidade de perceber novos campos de pesquisa e interpretações que busquem trazer ao debate esses que não são e não foram fantoches dos poderes públicos ou de particulares, mas sim sujeitos que, com suas paixões e ódios, amores e brigas, entre festas e religiosidades, buscaram incessantemente uma melhor vida em terras paraenses.

REFERÊNCIAS

Governo do Estado do Pará. *Mensagem*

dirigida em 1 de agosto de 1916 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Enéas Martins Governador do Estado. Belém: IOEPA, 1916.

Sarges, M.de N. 2000. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1910).* Belém: Paka-Tatu.

Thompson, E. P. 1981. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser.* Rio de Janeiro: Zahar Editores.